



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ  
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	8305/2022
Data do Início	22/06/2022
Folha	23
Rubrica	

Processo nº 8305/2022

PARECER GPG N.º 449/PGM/2022

IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE PREGÃO  
PRESENCIAL N.º 11/2022 - ANÁLISE DE  
LEGALIDADE

Data: 24/06/2022

## I - RELATÓRIO

Trata-se o presente de impugnação interposta por Annatrans Locação de Veículos Ltda ao Edital de Pregão Presencial nº 11/2022, que tem por objeto a manutenção preventiva e corretiva de bens em âmbito municipal.

A impugnante elucida os aspectos abaixo considerados em sua petição, de modo que este órgão apenas analisará as verificações concernentes a matérias de cunho jurídico.

É o relatório

## II - DO MÉRITO

A impugnante alega a “junção na mesma licitação de objetos de natureza distinta”, afirmando-se que o instrumento convocatório requer a prestação de serviços distintos em um único certame. Dessa forma, requer a separação do objeto licitado em item ou lote.

A respeito do tema, este órgão jurídico ressalta acerca da obrigatoriedade da adjudicação por item e não por preço global, para objetos divisíveis, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala. Ademais, a indicação dos itens constantes em um mesmo lote deve ser justificada tecnicamente, e indicada com parâmetros racionais, isentos e objetivos. Caso contrário, necessária a sua retificação.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ  
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	8305/2022
Data do Início	22/06/2022
Folha	24
Rubrica	<i>[assinatura]</i>

Em relação ao critério de julgamento menor preço global, deve ser minuciosamente justificado e demonstrado, com fundamentos objetivos e técnicos, devendo a Secretaria justificar a necessidade da contratação ser realizada em conjunto, bem como a impossibilidade de parcelamento em itens. Isso porque o entendimento consolidado sobre o tema é realizar a licitação pelo critério de julgamento menor preço por item, sendo possível licitar de forma global ou por lote, desde que devidamente justificado tecnicamente.

Nessa senda, é recomendável que a licitação seja procedida por itens sempre que técnica e economicamente viável, propiciando a ampliação da competitividade. Para que entenda não cabível o parcelamento, deve ser justificado e demonstrado que haverá perda de economia de escala, oferecer risco ao conjunto do objeto pretendido, fornecimento exclusivo, ou outra justificativa tecnicamente embasada.

A esse respeito, trazemos a lume inclusive o entendimento sumulado pelo TCU:

“É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade”.

É obrigatória, nas licitações cujo objeto seja divisível, a adjudicação por item e não por preço global, de forma a permitir uma maior participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para o fornecimento da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas.

Representação relativa a pregão eletrônico promovido pelo Hospital Federal dos Servidores do Estado (HFSE), para aquisição de insumos para serviço de cirurgia bariátrica por meio de sistema de registro de preços, apontara, dentre outras irregularidades, a *"inobservância do art. 15, inciso IV, e art. 23, §1º, da Lei*



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ  
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	8305/2022
Data do Início	22/06/2022
Folha	25
Rubrica	

8.666/1993, em razão do agrupamento de diversos itens em apenas um lote". Realizadas as oitivas regimentais e a suspensão cautelar do certame, o relator observou que "o agrupamento de alguns itens no mesmo lote mostra-se pertinente, por exemplo, para os itens 1, 2 e 3 (grampeador cirúrgico, grampos para tecido normal e grampos para tecido vascular); e itens 4, 5, 6, 7 e 8 (trocater descartável de 5mm, cânula para trocater de 5 mm, trocater descartável de 11mm, trocater descartável de 12 mm e cânula para trocater de 12 mm). Desse modo, conforme a natureza, os itens poderiam ser divididos, a princípio, em pelo menos três lotes distintos". Ressaltou, contudo, que a entidade não apresentou "justificativas técnicas razoáveis para que os materiais que compõem os nove itens sejam licitados em um único lote". Em relação ao aspecto competitivo, registrou que a modelagem da licitação em lote único permitiu a participação de apenas duas licitantes. Além disso, "foram identificadas outras licitações realizadas por órgãos públicos que obtiveram preços próximos a 1/3 do valor obtido no pregão em questão para os itens 1 a 3 e até 26% menor para o item 9". Ao concluir que a ausência de competitividade no certame não permitiu a seleção da melhor proposta, destacou que "a jurisprudência desta Corte é pacífica no sentido de que é obrigatória, nas licitações cujo objeto seja divisível, a adjudicação por item e não por preço global, de forma a permitir uma maior participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para o fornecimento da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas". O Tribunal, ao acolher a proposta do relator, julgou parcialmente procedente a Representação e prazo para a anulação do certame. Acórdão 122/2014-Plenário, TC 031.937/2013-6, relator Ministro Benjamin Zymler, 29.1.2014. fixou.

É de se ressaltar que consta manifestação da Secretaria de Governo em fls. 17/22, a elucidar que a decisão confere eficiência técnica, pois "uma única contratada tende a manter a qualidade do serviço padronizada, haja vista que o gerenciamento permanece todo o tempo a cargo de um mesmo administrador", possibilitando-se "a - maior nível de controle pela Administração na execução dos serviços; b - maior facilidade no cumprimento de diversos serviços e cronograma preestabelecido; c - concentração da responsabilidade pela execução de um só contratado; d - concentração da garantia dos resultados".





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ  
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	8305/2022
Data do Início	22/06/2022
Folha	26
Rubrica	

Não obstante as alegações, tendo como base os precedentes inerentes à matéria, orienta-se o órgão consultante a colacionar argumentos técnicos, instruindo as suas argumentações com elementos comprobatórios, a justificar que a indicação não implica em prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala. Caso contrário, o entendimento reiteradamente apresentado nos pareceres desta Especializada, corroborados pela Corte de Contas, são no sentido de que o objeto licitado seja separado por item.

De todo modo, trata-se de análise que incumbe ao órgão consultante, ciente das informações ora retratadas.

### III - CONCLUSÃO

Desta forma, em relação aos questionamentos apresentados, cabe à Autoridade Competente, no caso o Ordenador de Despesas, proferir a decisão técnica quanto ao pedido, devidamente justificada e fundamentada, **sendo a presente manifestação de caráter orientador e opinativo.**

Este é o entendimento.

**À Secretaria de Governo,**

**Villy Teixeira Silva**  
Assessor  
Mat. 106.264

**Fabricio Monteiro Porto**  
Procurador-Geral do Município